

## **O uso do espaço urbano do Rio de Janeiro no início do século XX: engenheiros e populares**

Claudia Míriam Quelhas Paixão<sup>1</sup>

“A cidade não pode crescer ao seu bel prazer. Ela tem que ser coordenada.” Sr. José de Oliveira Reis

“A gente não queira sair de jeito nenhum” D. Florinda

No início do século XX a cidade do Rio de Janeiro sofreu inúmeras transformações na sua forma urbana, a fim de adequá-la aos modelos idealizados de cidade vigentes desde a segunda metade do século XIX. A busca em torno do ideal urbano pontuou uma disputa implícita onde grupos sociais diferentes, cada qual com sua noção ou necessidade de cidade, pensava também de maneira diferente sobre o uso do espaço urbano. De um lado estavam os “produtores do espaço”, representados por engenheiros, arquitetos, médicos, sanitaristas e políticos, que, imbuídos de um discurso científico, atribuíram para si a função de construir o espaço moderno urbano no Rio de Janeiro.<sup>2</sup> E do outro lado, os próprios habitantes da cidade, cuja relação se dava através do uso do espaço urbano e não da intervenção técnica. Neste artigo, pretendo discutir como dois grupos sociais específicos, engenheiros e moradores, perceberam o desmonte do morro do Castelo ocorrido em duas etapas: a primeira em 1905 na administração de Francisco Pereira Passos e a segunda entre 1920 e 1922 na administração de Carlos Sampaio, focando na maneira como os populares lidaram com a perda de sua moradia.<sup>3</sup>

No final do século XIX o morro do Castelo ocupava uma grande área triangular do distrito de São José, centro da cidade do Rio de Janeiro: do contorno da rua São José, até o largo da Mãe do Bispo – que foi excluído da malha urbana carioca para a abertura de outra praça, a atual Cinelândia, no final da Avenida Central – e terminando suas encostas atrás da Igreja de Santa Luzia, até onde batia o mar. Parte do centro comercial, político e financeiro do país, esta região vinha sendo motivo de discussão e preocupação por parte das autoridades brasileiras devido ao seu crescimento desordenado e de sua estrutura urbana desde pelo menos o final do século XVIII.<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFF)

<sup>2</sup> A expressão “produtores do espaço” foi desenvolvida por Marcel Rocayolo e utilizada por Mônica Velloso em seu livro *A cultura das ruas do Rio de Janeiro*. Ver: VELLOSO, Mônica Pimenta. *A cultura das ruas do Rio de Janeiro (1900-1930): mediações, linguagens e espaço*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2004. (Coleção FCRB, Série Estudos ; 1).

<sup>3</sup> Calçada numa nova perspectiva da História Urbana, minha proposta é perceber as estratégias dos moradores dos espaços que sofreram intervenções urbanas promovidas pelas administrações municipais em questão. Analisar a permanência da população de baixa renda no centro, mesmo indo contra a um dos principais objetivos das reformas é uma maneira de entender as alternativas escolhidas pelos populares.

<sup>4</sup> Em 1798, foi elaborado, pelo Senado da Câmara, um questionário acerca da situação sanitária da cidade, a fim de investigar as causas e possíveis soluções sobre as doenças endêmicas e epidêmicas existentes no Rio

As transformações e o crescimento urbano do Rio de Janeiro também influenciaram o perfil dos moradores do centro da cidade e do morro do Castelo, estes conhecidos como castelenses. Se nos tempos coloniais havia a concentração de importantes instituições e funcionários ligados à Coroa e nos tempos do Império alguns prédios de média importância, no início do século XX sua população era, em sua maioria, composta de pessoas de baixa renda. Assim, durante as discussões sobre o desmonte do Castelo na década de 1920, até mesmo os que eram desfavoráveis ao desmonte do morro argumentavam em nome da tradição, do patrimônio, da história e da beleza natural existentes no morro. Sobre os moradores e suas residências, o discurso girava em torno da pobreza e da falta de higiene em que se encontravam.

Por outro lado, a maioria dos trabalhos sobre as reformas urbanas encontramos os discursos produzidos por engenheiros, políticos e empreiteiros envolvidos nessas obras.<sup>5</sup> Esses agentes, por estarem em uma posição social de maior destaque e por terem acesso a determinados instrumentos políticos e econômicos que garantiram a sua hegemonia perante as classes menos favorecidas, acabaram por se tornar os “produtores do espaço”. Calcados em discursos científicos, poder político e estratégias econômicas, os produtores do espaço deixaram além de uma rede de relatos de seus ideais, a própria reforma como registro de seu discurso. A fim de buscar outro enfoque, Marcel Roncayolo propõe que as representações da cidade sejam também consideradas a partir das perspectivas dos próprios habitantes da cidade, ou seja, sob a perspectiva de quem usa o espaço urbano.

Dessa maneira, as reformas do início do século XX na cidade do Rio de Janeiro refletem claramente as disputas sociais travadas em outros campos. Isto porque o espaço urbano reflete as relações sociais nele existentes. Entendo que diferentes subjetividades sociais formam o fenômeno urbano e sendo a cidade uma construção do homem, ela reflete suas idéias e disputas, fazendo do espaço urbano uma representação das disputas sociais.

---

de Janeiro. Respondido por três médicos portugueses, Manoel Joaquim Marreiros, Bernardino Antônio Gomes e Antonio Joaquim de Medeiros, o seu resultado condenou os morros da cidade, dizendo-os responsáveis pela má circulação do ar e conseqüentemente pela permanência dos miasmas<sup>□</sup>, agravando as péssimas condições de saúde em que se encontrava a população do Rio de Janeiro. Este questionário foi publicado em 1813, nos primeiros números do periódico científico-cultural *O Patriota*. Ver: FERREIRA, Luiz Otavio. “Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43)”. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, VI(2): 331-51, jul.-out. 1999.

<sup>5</sup> Na introdução de *Pereira Passos: um Haussmann tropical*, Jaime Benchimol explica que a documentação ao qual teve acesso, no Arquivo da Cidade, apesar de extremamente rica, era essencialmente “oficial”, apresentando sempre algum tipo de relação jurídica com o Estado. Por conta disso, seu estudo, por ter tido acesso parcial às informações, acabou ilustrando apenas “um determinado prisma da realidade”.

A reforma urbana promovida pela administração de Francisco Pereira Passos, a primeira das grandes reformas urbanas realizadas no Rio de Janeiro, foi iniciadora da questão da intervenção do Estado no espaço urbano. A grande proposta dessa reforma foi a alteração do uso dos espaços urbanos. Antes dela, pouca diferença havia entre o espaço do trabalho e o espaço de moradia. Esta reforma alterou profundamente esta relação, tendo como um de seus objetivos separar esses espaços, tanto para controlar o seu uso como para separar as classes sociais. Para tal, Passos delegou os bairros do centro para a produção e circulação de mercadorias e capital, os novos bairros da zona sul para os ricos e os novos bairros do subúrbio para os pobres.<sup>6</sup> Dessa maneira ficou pautada a visão dos engenheiros para o planejamento da cidade no início do século XX.

De acordo com duas entrevistas realizadas em 1985 com dois engenheiros aposentados que trabalharam em algumas obras realizadas no início do século XX, é possível perceber quais eram os ideais desse grupo social diante das reformas.<sup>7</sup> Para eles as transformações urbanas ocorridas nas administrações dos engenheiros-prefeitos, em especial Pereira Passos e Henrique Dodswoth, eram essenciais e melhoraram a estrutura da cidade. Na sua visão, o desmonte do morro do Castelo ajudou na mudança da população pobre que morava nos cortiços – estes vistos como fonte das mazelas urbanas – e na ampliação do espaço do centro da cidade.

Ao se referirem à administração de Carlos Sampaio, os engenheiros entrevistados apontam que o prefeito tinha uma necessidade urgente de começar a demolir o morro do Castelo. Explicam que o principal fator contra o desmonte era o fato do Castelo ter sido o morro de fundação da cidade do Rio de Janeiro.

Durante seus depoimentos, os engenheiros mostram uma preocupação demasiada em explicar e defender as questões técnicas das obras de urbanização. Os dois depoentes quase não falam em pessoas, a exceção dos engenheiros que se destacaram na história da cidade como Pereira Passos, Paulo de Frontin, Carlos Sampaio, Edson Passos e Henrique Dodswoth. É interessante destacar que os moradores da cidade são vistos como empecilhos para determinadas obras e não como “usuários” do espaço que estava sendo construído.

Esta visão é percebida quando os dois engenheiros falam da população do morro do Castelo. Eles destacam o problema de removê-los por conta da resistência destes em permanecer no local, e mais, destacam que as obras ajudaram na remoção dos cortiços ali

---

<sup>6</sup> Ver ABREU, Mauricio de Almeida. “Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução”. *Revista do Rio de Janeiro*. Niterói, volume 1 numero 2; pp. 47-58. jan./abr. 1986.

<sup>7</sup> Depoimento de Carlos Soares Pereira (MIS / Projeto Arquivo Vivo / 677.1/3) e Depoimento de José Oliveira Reis (MIS / Projeto Arquivo Vivo / 617.1/2)

existentes, tipo de habitação coletiva que desde o início do século vinha sendo perseguida e combatida pelas autoridades municipais e federais.

Em seus depoimentos, José Reis e Carlos Pereira enfatizam duas grandes obras que, segundo eles, foram as de maior destaque e melhoria para a cidade: o desmonte do morro do Castelo e a abertura da Avenida Presidente Vargas. Eles apontam as dificuldades encontradas pelos prefeitos na condução de suas obras: para o desmonte do morro do Castelo, o maior problema enfrentado foi a retirada dos moradores do morro, que insistiam em ali permanecer por conta de sua *privilegiada localização*.<sup>8</sup> E para a abertura da Avenida Presidente Vargas apontam que a maior dificuldade foi a remoção da Igreja de São Pedro dos Clérigos, por conta da sua *extraordinariedade arquitetônica*. O que se percebe no discurso dos engenheiros, é que indiferentemente do obstáculo em questão, a obra de fins técnicos justificava qualquer remoção e demolição.

Desde o final do século XIX, a concentração de habitações coletivas nas freguesias centrais do Rio de Janeiro era um problema para as autoridades, engenheiros e urbanistas. No entanto para a maioria dos populares que habitava o centro estar ali era condição indispensável para a própria sobrevivência. O trabalho ainda não era calcado nas relações capitalistas que viriam a se consolidar baseando-se na relação patrão e empregado e tinha que ser procurado diariamente.

Para muitos das classes populares e com profissões pouco qualificadas,<sup>9</sup> o trabalho não existia como local, só aparecia como decorrência das demandas advindas da aglomeração de um grande número de pessoas e de determinadas atividades econômicas. E o centro da cidade era o local de grande concentração de comércio e serviços, razão pela qual o número de cortiços e quartos era elevadíssimo nas freguesias centrais.<sup>10</sup> Por outro lado, a reforma urbana, aliada aos discursos higienistas defendido pelas autoridades, teve como um dos principais focos a derrubada de cortiços no centro da cidade. Vistos como verdadeiros vilões e

---

<sup>8</sup> Os grifos foram feitos por mim para destacar a idéia em questão.

<sup>9</sup> HAHNER, June E. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil – 1870-1970*. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1993. Neste trabalho, June Hahner analisa a vida das camadas pobres do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX, apresentando uma boa noção dos atores desse grupo social. Ela os divide em trabalhadores qualificados ou "artífices especializados" e os trabalhadores não-qualificados, com ocupações temporárias, incertas e inconstantes. Como trabalhadores qualificados, June Hahner aponta os carpinteiros, estofadores, pedreiros, marceneiros, tipógrafos, sopradores de vidro, tanoeiros, sapateiros, padeiros, chapeleiros e alfaiates. Os trabalhadores não-qualificados seriam os vendedores de rua, carregadores, lavadores de pratos e diaristas, motoneiros e cocheiros, ou seja, aqueles serviços em que é necessário o uso de força e de pouca habilidade. As mulheres pobres trabalhavam como lavadeiras e em serviços domésticos, as meninas vendiam doces e os meninos lustravam sapatos e vendiam jornais.

<sup>10</sup> ABREU, Mauricio de Almeida. *Op. Cit*; p. 48.

culpados por quase todas as mazelas de saúde existentes nas cidades, os cortiços e também os morros, foram condenados por engenheiros e sanitaristas.<sup>11</sup>

De acordo com o ideal de modernidade que figurava neste momento<sup>12</sup>, a administração Carlos Sampaio recebeu todo apoio federal para deixar a cidade apta para os eventos que ocorreriam.<sup>13</sup> O desmante do morro foi a obra de maior destaque nesta administração e a continuidade existente entre a administração Pereira Passos e a administração Carlos Sampaio se torna evidente não só nos aspectos estéticos - expresso na construção da Avenida Beira Mar sequencia da Avenida Central - como também nas suas convicções e ideais.

A estratégia de ordenar o uso do espaço urbano foi iniciada por Pereira Passos e mantida por Carlos Sampaio. No entanto, o projeto de separação de usos e classes não se refletiu perfeito na realidade.<sup>14</sup> Nem todos aqueles que habitavam a área central foram afetados diretamente pela remodelação da cidade, ou transferiram-se para os subúrbios, como foi o caso do morro do Castelo e de seus moradores. Para alguns moradores a necessidade de habitar o centro da cidade, próximo a oportunidades de trabalho, era tanta que a solução foi a moradia, em alta densidades e pagando altos aluguéis, nos bairros periféricos ao centro que não foram alvo das reformas.<sup>15</sup> A ocupação das encostas dos morros próximos ao centro, um espaço que ainda não havia sido alvo de controle, foi a resposta dos populares frente a ação interventora do governo.

Assim, cabe também perceber a visão dos moradores do Castelo frente às alterações que vinham sendo conduzidas desde 1905. O depoimento de Florinda Alói e Francisco Alói Moreno, irmãos e ex-moradores do morro pode esclarecer alguns pontos. Eles moraram no morro do Castelo até o momento de seu desmante em 1922.<sup>16</sup> Os dois só deixaram sua casa as vésperas de ser demolida, quando Florinda tinha 20 anos e Francisco, 12. Neste depoimento, eles contam como era a vida no morro do Castelo, falam de vários aspectos do morro,

---

<sup>11</sup> Na década de 1850, diversos relatórios de higiene pública condenaram as habitações coletivas como sendo os focos de epidemia. Isso levou a administração municipal à travar uma verdadeira guerra contra tais habitações. Através de leis, proibiu a construção de novas estalagens, bem como qualquer reforma nas antigas; fechou e multou pelos serviços de higiene centenas de habitações; e determinou a demolição de vários prédios em mau estado. Mais tarde, os dois relatórios da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, publicados na década de 1870, reforçaram e aprofundaram essas idéias. Ver: ABREU, Mauricio de Almeida. *Idem*. p. 48. Interessante destacar que Francisco Pereira Passos foi membro desta Comissão.

<sup>12</sup> O ideal de uma cidade moderna neste momento dizia respeito ao seu saneamento e embelezamento.

<sup>13</sup> A visita do rei Alberto e da rainha Elisabeth, monarcas belgas, em 1920 e a comemoração do Primeiro Centenário de Independência do Brasil em 1922.

<sup>14</sup> ABREU, Mauricio. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLAN / J. ZAHAR, 1987; p. 77.

<sup>15</sup> ABREU, Mauricio. *Idem*. p. 56.

<sup>16</sup> Depoimento de Florinda Alói e Francisco Alói (MIS / Projeto Arquivo Vivo / 674.1/2)

relembrando pessoas e o cotidiano que presenciaram, contando como viviam, suas impressões, experiências e como reagiram a perda de uma referência: o seu local de moradia.

Eles iniciam o depoimento contando que nasceram no morro e lá viveram com o pai comerciante e a mãe costureira até o seu desmorte. O pai era italiano e dono de uma barraca de frutas no Mercado da Praça XV e a mãe, além de parteira, trabalhava costurando para uma loja na rua do Carmo. Para eles o morro nada tinha de decadente, perigoso ou miserável. Era um lugar de alegria, onde muitos descendentes de italianos e portugueses viviam com suas famílias. Para eles o morro era uma só família, e não havia nenhum perigo em sair à noite; todos se conheciam e se davam muito bem.

Dizem que o morro era um local muito festivo. Lembram das festas de São Sebastião na igreja, que ficavam cheias de gente proveniente de todos os cantos da cidade. Sobre a noite de Natal contam que a Missa do Galo e sua procissão também atraíam muitas pessoas. Segundo eles, a maioria dos moradores do morro morava de aluguel, contabilizando cerca de 90% dos castelenses. Além disso, contam que no morro a maioria dos moradores era de imigrantes e descendentes. Por isso eram muito fechados, só trabalhavam e ficavam no morro, quase sem sair para outros lugares.

Seguem falando que o morro tinha uma vida social agitada, com dois blocos de carnaval: o *Castelo de Ouro*, de estandarte verde, e o *Prazer do Castelo*, de estandarte verde e amarelo. Havia certa rivalidade quando chegava o carnaval, ocasionando algumas brigas, mas, segundo os dois, era uma festa muito bonita.

Além dos blocos, o morro contava também com um time de futebol: o Paulistano. O clube ficava no morro, no entanto o campo ficava ao lado da Praça XV. Em dia de jogo praticamente todos os moradores iam torcer pelo time. Segundo eles, a comunidade do morro tinha tudo perto. A facilidade de morar no centro foi destacada pelos dois. Afirmam que todas as crianças estudavam, fazendo o primário no colégio Carlos Chagas e o ginásio no colégio São Bento.

Sobre o tipo de trabalho exercido pelos moradores do morro, eles contam que havia muitos armazéns, alfaiates, quitandas e botequins no morro do Castelo. Afirmam que o que dava emprego no morro era o comércio. Muita gente do morro trabalhava no Mercado Municipal da Praça XV, como o pai dos dois, que trabalhava vendendo frutas em uma barraca do mercado. Havia também muita lavadeira. Na estalagem do Bastos, por exemplo, tinha uma caixa de água enorme para não faltar água. Luz algumas vezes faltava, pois o sistema era abastecido à lampião. A água não era encanada e cada um pegava água em latas para abastecer sua moradia. Quando a água não chegava no morro, iam pegá-la na Santa Casa. A mãe de

D.Florinda e do senhor Francisco era costureira e trabalhava para uma loja na rua do Carmo; também era parteira, assim como a avó e a tia de ambos

Lembram que havia problemas de segurança, mas segundo eles apenas nos arredores do morro. Contam que à noite na ladeira da Misericórdia ficavam uns valentões que jogavam pimenta no olho dos outros e roubavam. Mas isso acontecia apenas na ladeira. Para eles, a rua da Misericórdia é que era “meio barra pesada”. Havia uma concentração de chineses, turcos e árabes que cheiravam ópio. Ninguém entrava onde os chineses moravam. O que havia no morro era muito bicheiro, pois muita gente jogava, inclusive a mãe e a avó dos depoentes.<sup>17</sup> Lembram também que o divertimento das crianças do morro era brincar de roda, cantar, jogar amarelinha, cobra cega, berlinda e outras brincadeiras que não se brincam mais

Ao serem questionados sobre a demolição, relatam que não queriam sair de jeito nenhum do morro. Contam que houve comunicação por parte das autoridades. Segundo os dois, eles iam avisando de casa em casa a necessidade de sair do morro. Ainda assim, a população foi saindo aos poucos, à medida que o morro ia abaixo. Contam que os capuchinhos foram um dos primeiros a sair.

Mencionam que foram construídos uma quantidade enorme de barracões de madeira na Praça da Bandeira para abrigar as famílias castelenses que não tinham para onde ir. A família do Sr. Francisco e de D. Florinda saiu um dia antes de sua casa ser demolida e foi para a Praça da Bandeira. Para eles o novo lugar era muito ruim, pois sequer tinha água. Sobre os outros moradores do Castelo, eles contam que também não queriam sair do morro, mas não houve revolta, pois ninguém acreditava que o Castelo pudesse vir a baixo. Terminam seu relato informando que depois de alguns anos morando na Praça da Bandeira, a família Alói se mudou para a rua Paula Matos, na subida do morro de Santa Teresa e ressentem-se com a demolição, dizendo: “O Castelo era bom. Eu me sentia bem.”.

O depoimento de D. Florinda e do Sr. Francisco pode estar carregado de saudosismo e com um pouco de romantismo para com um local que não existe mais, no entanto nos faz refletir sobre a necessidade de buscar outras lembranças do passado da nossa cidade, e não apenas aquelas dos “produtores do espaço”. Este depoimento de ex-moradores do morro do Castelo é rico em lembranças que nos apontam para um lugar que pouco espaço obteve na memória nacional. Podemos dizer que este depoimento reproduz a visão de um grupo social que não conseguiu deixar registrada sua voz na história e ainda recupera a sua participação no processo de alteração do uso do espaço urbano carioca. Mesmo que carregado de sentimentos

---

<sup>17</sup> Isso era uma prática bastante comum no início do século XX.

dos anos 1980, percebe-se claramente uma tentativa por parte dos castelenses em amenizar as dificuldades e a pobreza existente no morro do Castelo.

A Chácara da Floresta era um grande cortiço do início do século XX, mas na concepção dos ex-moradores, o cortiço virou avenida. Não como sendo outro tipo de habitação coletiva mais higiênica e que estava sendo formulada no início do século XX como substituição dos cortiços e casa de cômodos, mas, segundo a fala dos ex-moradores, uma avenida no sentido mais moderno da palavra: uma via pública larga e arborizada de acordo com os novos padrões de higiene e modernidade. Para eles o posto policial que havia no morro, indicando a preocupação das autoridades em controlar aquele espaço, quase não produzia ocorrências. Como amenizam a condição da Chácara da Floresta, também amenizam a atuação da polícia no local e pouco falam das brigas e desavenças ocorridas nas habitações coletivas espalhadas pelo Castelo.<sup>18</sup>

Em seu depoimento, os dois não definem muito ao certo em que tempo esta a sua narrativa. Eles descrevem o morro e ao mesmo tempo falam sobre o momento da demolição, explicando como a vida foi se alterando, num claro sentimento nostálgico. Definitivamente eles sentem saudades ao falarem dos lugares, contando como funcionava e o que houve depois do desmonte. Além disso, os depoentes destacam fatos históricos que consideram importantes e de grande destaque na memória nacional, dando importância ao morro. Durante o depoimento, ouve-se que eles tinham a opção de morar no subúrbio, mas que fora descartada devido à vantagem de morar no centro da cidade; vantagem enfatizada e destacada pelos dois. Mesmo quando falam que no morro não havia água e luz, eles falam de uma maneira amena. Por outro lado quando falam sobre a Praça da Bandeira, local para onde parte dos moradores do Castelo foi alojada, reclamam da falta de água. Mesmo sendo uma situação parecida com a do morro, para eles enquanto estavam no morro, a falta de água não era um problema. Além disso, o depoimento de Florinda e Francisco mostra como os moradores do morro do Castelo foram deslocados de seu local de moradia de uma maneira autoritária e sem nenhum planejamento.

Como já foi exposto, a concentração populacional no centro era um problema que as autoridades vinham enfrentando desde pelo menos o final do século XIX. As freguesias com as maiores densidades domiciliares, São José – onde ficava o morro do Castelo –, Santa Rita, Santana e Santo Antônio, continuaram crescendo mesmo depois das reformas urbanas que derrubaram morros e habitações coletivas. Grande parte da população do morro do Castelo se

---

<sup>18</sup> Ver: PAIXÃO, Cláudia Miriam Quelhas. *O Rio de Janeiro e o morro do Castelo: populares, estratégias de vida e hierarquias sociais (1904-1922)*. Dissertação de Mestrado, UFF/PPGH, 2008.



transferiu para o morro do Pinto, para o morro de Santo Antonio, ou para a subida do morro de Santa Teresa, como foi o caso de D. Florinda e de Seu Francisco. Talvez essa tenha sido a grande resistência popular à reforma urbana: não deixar de morar no centro da cidade

A reforma Pereira Passos agravou o problema habitacional da cidade do Rio de Janeiro. As habitações para as classes populares localizadas no centro foram alvo de inúmeras demolições, ficando cada vez mais escassas e inflacionando o mercado de aluguéis. Apesar da grande ação de remover a população pobre do centro, estes atores sociais, como visto, não abandonaram o centro da cidade.<sup>19</sup> Quando Carlos Sampaio assumiu a prefeitura, incumbido pelo presidente Epitácio Pessoa de preparar a cidade para dois grandes eventos, preocupou-se exclusivamente em arrumar uma de suas partes mais nobres: a Cinelândia. A presença do morro do Castelo, com suas encostas atrás da Biblioteca Nacional, em espaço tão nobre e simbólico, não condizia com os objetivos da administração de Carlos Sampaio.

Mesmo depois do arrasamento do morro do Castelo, o número de habitações populares do centro da cidade não diminuiu. Como já visto, reduziu-se o seu número em Santa Rita e São José, porém ocorreu um acréscimo destas construções em Santo Antônio, Sacramento, Glória, Lagoa, Gávea, Santana, Gamboa e Espírito Santo.<sup>20</sup> Apesar de parte dos moradores que perderam suas casas terem partido para os subúrbios, "os setores populares não abandonaram as áreas centrais da Capital".<sup>21</sup>

As reformas do início do século desestruturaram hábitos e valores dos trabalhadores que moravam no centro da cidade, atingindo profundamente os alicerces culturais desses agentes sociais. "Seus habitantes tinham desenvolvido, durante anos formas de resistência e de sobrevivência, valores culturais e sociais que, de uma hora para outra, desapareceram sob o peso da picareta."<sup>22</sup> O local de moradia e a convivência diária são fatores que compõem a identidade tanto individual como coletiva. Depois de perdidos esses fatores, os atores sociais perdem também parte de suas identidades sociais. Como aponta Rocha, as conseqüências mais relevantes das reformas urbanas, cujo objetivo era a transformação do uso do espaço da cidade, foram a desarticulação cultural das classes trabalhadoras e a perda de sua identidade social.

---

<sup>19</sup> PECHMAN, Sergio e FRITSCH, LÍlian. "A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século". In: *Revista Brasileira de História* n° 8/9. Rio de Janeiro : Editora Marco Zero, 1985. p. 179.

<sup>20</sup> PECHMAN e FRITSCH, *Op. Cit.*; p. 180.

<sup>21</sup> PECHMAN e FRITSCH *Idem*; p. 180.

<sup>22</sup> ROCHA, Oswaldo Porto. *A Era das Demolições: Cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986; p. 102

O centro da cidade como um todo, após as intensas intervenções urbanas, passou por um redirecionamento da população pobre, que foi, quando possível, se alojando nos distritos próximos e de menor interesse para o Estado. O que tudo indica é que muitos daqueles expulsos dos distritos que sofreram intervenções permaneceram no centro, movendo-se, no entanto, para outros distritos e alojando-se nas encostas dos morros. Como estratégia para permanecer próximo ao local de trabalho, os populares foram lentamente ocupando locais que ainda não havia sido alvo da legislação municipal.

A ocupação dos morros da cidade ocorreu ainda nos seus primórdios, desde meados do século XVI com o quadrilátero urbano formado por seus principais morros – Castelo, Bento, Conceição e Santo Antônio – que determinaram os limites da então recém-fundada cidade. No entanto a formação das favelas nas encostas dos morros começou somente no final do século XIX, ainda de maneira bem tímida. Foi depois da “era das demolições”, devido à necessidade de uma nova forma de manter-se próximo ao centro, que o seu crescimento se despontou, tornando-se um fenômeno reconhecido oficialmente somente na década de 1940.<sup>23</sup> E, ironicamente, a reforma de Passos acabou causando o seu próprio contra censo: ao invés de retirar a camada popular do centro da cidade, acabou abrindo espaço para o crescimento e consolidação das favelas na cidade.

Por fim, o morro do Castelo já era habitado antes das reformas do início do século XX, no entanto as intervenções urbanas ocorridas neste período geraram uma maior concentração, elevando a sua densidade demográfica e piorando suas condições de vida, higiene e aspecto. O estado republicano brasileiro, durante os seus primeiros anos de existência, caracterizou-se por ser fortemente excludente e hierarquizador.<sup>24</sup> A ciência, em busca de uma cidade limpa e moderna, condenou hábitos populares. Higienistas puseram em evidência os problemas que geravam um ambiente pouco saudável e os engenheiros deveriam edificar uma cidade racional e melhor planejada, que assegurasse a remoção dos pobres da área central e impondo normas para torná-la mais higiênica, com casas menos insalubres e ruas mais largas

---

<sup>23</sup> VAZ, Lillian Fessler. *Modernidade e moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro, séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro : Sette Letras, 2002; p. 54. Como gênese desse processo de formação das favelas, podemos destacar os morros da Providência e de Santo Antônio, que diferentemente de outros morros da cidade, como por exemplo, o Castelo, o da Conceição e o de São Bento, tiveram sua ocupação determinada por pequenos casebres de madeira, em condições precária de higiene e estrutura.

<sup>24</sup> NEVES, Margarida de Souza. “Os cenários da Republica. O Brasil na virada do século XIX para o século XX”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia. (ORG.) *O Brasil Republicano - o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da Republica à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; p. 37.

e retilíneas.<sup>25</sup> A reforma realizada durante a administração de Pereira Passos inaugurou uma série de alterações urbanísticas que se estenderiam por praticamente todo o século XX.

A estratégia utilizada pelos governantes e pelas classes mais favorecidas, como os engenheiros, não se reduziu somente à elaboração e execução de planos urbanísticos, mas também na mudança de hábitos e no cotidiano dos populares, através de decretos municipais que proibiam antigas práticas, agora consideradas insalubres e de péssima reputação para a cidade.<sup>26</sup> E apesar dos populares terem tido seu local de moradia removido frente a uma reforma autoritária, desenvolveram estratégias e continuaram a disputar o espaço urbano com as elites.

---

<sup>25</sup> BENCHIMOL, Jaime Larry. “Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia. (ORG.) *O Brasil Republicano - o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; p. 240

<sup>26</sup> BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussman tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes / Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992; p. 277.